

AMAZÔNIA: ASPECTOS TERRITORIAIS E A VISIBILIDADE INTERNACIONAL DO ESPAÇO BRASILEIRO

Plínio Martins Falcão¹

RESUMO: *Os estudos realizados na ordem de análise do espaço geográfico situam, na linha do tempo, as informações necessárias ao entendimento das dinâmicas sócio-espaciais, constituindo, inclusive, as referências de base para discussões científicas acerca da organização regional e territorial. Este artigo trata da relação entre territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade no caso da Amazônia Brasileira, localizada na região norte do Brasil, em território sul-americano, voltado a entender a atual situação em que se encontra, inclusive exemplificando com uma das maiores nações indígenas existentes: os Ianomâmi. Em seguida, traça um panorama entre os limites e as perspectivas para a Amazônia no que se refere à postura do governo brasileiro, enfatizando a ausência política num processo em que se vê, aos poucos, o território amazônico perdendo a sua identidade nacional.*

Palavras-chave: Território; Amazônia; Perspectivas

INTRODUÇÃO

Considerada hoje uma das mais importantes reservas naturais do planeta, a Amazônia Brasileira, também conhecida como Amazônia Legal, possui uma área de 5,1 milhões de Km², abrangendo cerca de 59 % do território nacional. O presente artigo destina-se a discutir alguns conceitos relativos ao território, contemplando as relações que foram estabelecidas ao longo do tempo na região amazônica brasileira, enfatizando – inclusive – a situação da população indígena de origem *Ianomâmi*.

Os estudos da organização espacial, regional e territorial são considerações da Geografia que contribuem para o entendimento das relações entre o homem e o espaço, na dinâmica das sociedades e das interações com o ambiente. Existem variados percursos que podem ser seguidos na busca por esses conhecimentos, porém, este estudo versou sobre uma análise das relações de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade no caso da Amazônia Brasileira.

A justificativa pertinente para este trabalho não se faz apenas pela sua importância acadêmico-científica, mas também pela contribuição de cunho social, visto que possibilita as discussões de uma área de expressiva importância para o país. Sob esta vertente, encontra-se a de entendimento das relações de poder, que geram embasamento à luz da ciência geográfica, a fim de suscitar análises críticas com relação ao uso de áreas naturais, das geopolíticas e da própria gestão territorial.

O desenvolvimento metodológico se deu por meio de pesquisa e levantamento bibliográfico, após algumas discussões acerca do tema iniciadas pelo próprio autor. As informações e literatura apreendida ao longo do tempo possibilitaram uma ampla análise, aliada

¹ Geógrafo e Especialista em Desenho, Registro e Memória Visual (UEFS), Mestrando em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Pesquisador do Departamento de Tecnologia (UEFS). E-mail: pliniomf@gmail.com

aos estudos na esfera da Organização Regional do Espaço Brasileiro, considerando as bases do território e a própria estrutura e segmentação das relações de poder surgidas a partir desse processo.

Estruturalmente, o artigo divide-se em três fases. Na primeira, a contextualização teórica das questões relativas ao território, buscando introduzir conceitos que se apliquem à realidade, e na segunda, o quadro atual da região amazônica, buscando enfatizar o seu panorama geográfico geral. Na terceira, e última, tenta-se mostrar sucintamente a situação dos índios *Ianomâmi* e como os conceitos trabalhados se enquadram na análise do espaço amazônico, destacando os seus limites e perspectivas.

TERRITORIALIDADE, DESTERRITORIALIDADE E RETERRITORIALIDADE: UM ENCONTRO TEÓRICO

No atual contexto da ciência geográfica existem diversos conceitos para abordagem e análise do espaço, dentre eles o de território, que pode, também, se expressar por meio das relações de poder. É com base nas ações que desencadeiam esses fatos, que este artigo se propôs a discutir a abrangência desse conceito e as suas devidas fragmentações, como se refere Silva (2003, p.18):

No atual contexto geográfico-econômico e social é preciso priorizar cada vez mais a análise da perspectiva do comportamento dos lugares e regiões, tomados no âmbito da territorialização, ou seja, de unidades espaciais socialmente integradas e solidárias, diante dos processos de desenvolvimento em uma escala global. (SILVA, 2003, p.18)

Assim, tomando-se os espaços de ação e poderes (territórios), verifica-se que a globalidade e, também, o poder, são termos que explicitam a inserção da territorialidade no contexto atual. Ou seja, os mecanismos da globalização montam relações com o território, por meio da espacialização das ações de ocupação, o que caracteriza, de fato, uma territorialização.

Na busca por esse entendimento, identifica-se, no curso da história do próprio Brasil, uma série de territorialidades que podem ser exemplificadas. Em seus estudos proferidos sobre a própria Amazônia Brasileira, Martelli (1969, p.11) já desenvolvia uma idéia de territorialização atrelada ao processo colonizador, confirmando que se deu por meio da disseminação dos modos de ensino:

Se já houve crítica aos portugueses por transplantarem um sistema de ensino formal e verbalístico, com ênfase no estudo da gramática, latim, artes, letras, leis e línguas, desvinculados das nossas necessidades regionais, esse mérito teve: o de manter unido um país diversificado geograficamente e povoado por gente de todas as origens. (MARTELLI, 1969, p.11)

Como um produto da globalização, a desterritorialidade, de acordo com idéias de Santos et al. (1996, p.271), tende a desenraizar contextos como coisas, gente e idéias. Também mercado, moeda, mercadoria, capital, empresa, projeto, tecnologias, etc. Esse desenraizamento funciona como uma espécie de perda da identidade em face de uma territorialização ocorrida, em outras palavras, a cultura globalizante interpenetra alocando modificações por meio de exercício do poder, concretizando a idéia da “desenraização”, seja lá qual for o meio apresentado.

Ainda nessa linha de conceitos, encontra-se o processo em que os novos territórios se formam e transformam em todas as partes, sobre os destroços resultantes das desterritorialidades, das lutas de classes ou das novas fontes espacializadas de produção das mercadorias. Assim funcionam as reterritorialidades, também conhecidas como “novas territorialidades”, que, em geral, se tratam de reformulações no âmbito das desterritorializações.

Todo este embasamento teórico é necessário porque visa esclarecer as diversidades que se originam a partir da fragmentação de análise dos territórios. Sendo assim, essas discussões foram aplicadas com base na proposta deste artigo, que é a de identificar, de modo amplo, a ocorrência desses mesmos processos no caso do espaço amazônico brasileiro e as suas repercussões na organização regional e territorial.

AMAZÔNIA BRASILEIRA: DIMENSÕES GEOGRÁFICAS, POPULAÇÃO E POLÍTICAS

Espaço de incalculável exuberância, a Amazônia possui a maior biodiversidade do mundo, com dimensões continentais e – inclusive – transfronteiriças, já que a sua área, no todo, abrange o território de outros países sul-americanos. Esta é a chamada Amazônia continental (ou Grande Amazônia), com uma superfície de 7 milhões de Km², representando 5 % da superfície de terra firme do globo, que revela-se como o maior conjunto contínuo de floresta tropicais do planeta.

A Grande Amazônia ocupa 50 % da superfície da América do Sul, distribuída por nove países: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname, Venezuela e Brasil. No século XVIII, o naturalista alemão Alexander Von Humboldt batizou a região como “*Hiléia*”, termo proveniente do grego, que significa “zona das selvas”. Em termos populacionais, são cerca de 29 milhões de habitantes, sendo que 21 milhões correspondem à Amazônia Brasileira e os outros 8 milhões, dos demais países.

Existem várias denominações para se trabalhar com as dimensões amazônicas, porém, neste artigo deteve-se ao conceito de Amazônia Legal (ou brasileira). Este foi criado no ano de 1953, pela Constituição Federal, para incluir, além dos seis estados da região Norte, a faixa do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão que fazem parte do domínio amazônico. Atualmente são 5,1 milhões de Km², que representam 59,78 % do território nacional, de acordo com dados do IBGE (2000). Contudo, são 11.248 Km de fronteiras internacionais e 1.482 Km de costa (cerca de 1/5 da costa do Brasil).

Como uma das maiores reservas hídricas do planeta, abriga uma imensa bacia hidrográfica, cujo principal curso de água é o rio Amazonas, que nasce na Cordilheira dos Andes e também possui nascentes no próprio território brasileiro. Uma área de exuberância natural onde a [inter]penetração humana sempre se deu de modo difícil, na qual o conhecimento da área é uma característica dos seus habitantes nativos. Em suas passagens literárias, Castro (1994, p.19) versa que:

Quem jamais penetrou nos densos recessos das exuberantes florestas tropicais amazônicas, desconhecendo o que elas possuem de grandeza e hostilidade no esplendor dos seus aspectos, dificilmente acreditará nos constantes perigos que ameaçam a vida do arrojado seringueiro, do incansável extrator de madeiras e do caçador ágil e intrépido. (CASTRO, 1994, p.19).

Na Amazônia Brasileira ocorrem distinções no panorama populacional, destacadas pela integração de povos nativos e imigrados de outras regiões como, por exemplo, do Nordeste. A presença desses nordestinos se deu no período de expansão econômica e regional da Amazônia, o que favoreceu uma interracialidade após alguns anos decorridos das correntes migratórias, como afirma Dantas (1966, p.28):

O aspecto do povo é muito bom. Raríssimos os negros, visto que há muita influência de sangue indígena, mas – sobretudo – da gente nordestina que emigrou em massa para a Amazônia em outras épocas. (DANTAS, 1966, p.28).

As considerações do IBGE (2000) julgam índio aquele que se declara como índio. Entretanto, na Amazônia encontram-se aproximadamente 210 mil nativos, que correspondem a 60 % da população indígena brasileira, estimada em 350 mil pessoas. São mais de 150 povos distintos, o que significa formas diversas de viver, falar a sua língua, muitas vezes incompreensível a todos, e diferentes graus de relacionamento com a sociedade nacional. O depoimento do pajé Manoel Moura para Meirelles Filho (2004, p.80) declara que:

A Amazônia é uma confusão total, de raça, de língua, de dinheiro. A sociedade nunca estudou o índio e conta mentira para seus filhos. Não sabe como é respeito de um homem para o outro. O dinheiro destrói a Amazônia. Fica difícil, para nós índios, entendermos o que é educação. (MOURA *apud* MEIRELLES FILHO, 2004, p.80).

Contudo, a diversidade ocorrida na região se acentuou por meio dos processos migratórios que durante um período se dirigiram àquela área, lembrando a própria década de 1950, momento no qual o mundo passa por uma transformação dinâmica no que se refere ao dinamismo do capital e a interação com espaços que sejam promissores no que tange à lucratividade e ao controle das fontes de matéria-prima, fazendo com que a Amazônia comece a sofrer, internamente, as modificações impostas por esse sistema, que projeta fortemente a sua imagem para o mundo.

Em outras palavras, no que se refere ao espaço amazônico, a nova definição do papel regional vai estar relacionada à descoberta das potencialidades naturais de recursos, principalmente minerais, de elevado valor estratégico no mercado internacional de insumos. Tudo isso irá atrair o interesse de grandes grupos econômicos e vai exigir uma nova [re]organização do espaço de forma a adequá-lo às exigências dos novos agentes econômicos.

Durante muito tempo o Estado brasileiro manteve-se ausente nas questões que diziam respeito à geopolítica do espaço amazônico, considerando-a apenas enquanto reserva natural, onde ocorria num dado momento uma crescente fundação de indústrias e centros. As análises realizadas por Bitoun et al. (1995, p.270)

Relembra os efeitos de degradação de ambientes da floresta tropical, em particular na Amazônia Oriental, onde se concentraram os imigrantes nordestinos no decorrer da implementação das políticas de desenvolvimento recentes. Procura-se, sobretudo, caracterizar as posturas que, sustentando estas políticas, levaram à degradação bastante divulgada pela mídia nacional e internacional. A primeira postura remete a uma percepção excessivamente global da Amazônia que, no quadro da política nacional de desenvolvimento,

foi vista essencialmente como provedora de recursos e de espaço. (BITOUN, 1995, p.270).

Historicamente, este foi um dos muitos momentos em que houve uma maior abertura do espaço à visão estrangeira, muito embora a cobiça internacional pela potencialidade econômica da Amazônia venha desde a colônia, alcançando os dias atuais. Porém, as questões ambientais aceleraram este processo, como afirmam Coelho & Miranda (2000, p.251) que em resposta à crise ambiental mundial, a visão da Amazônia como reserva estratégica da biodiversidade e a pressão internacional sobre a exploração predatória dos recursos naturais, cresce no país o interesse dos governantes e das elites em promover o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis e de forma a ampliar sua integração com os blocos econômicos dentro e fora da América Latina.

Este é o atual panorama no qual se fala em “*Internacionalização da Amazônia*”, a grande biodiversidade mundial, abundante em reservas minerais, hídricas e biodiversidade. O problema encontra-se no fato de que esta mundialização adotada significa uma espécie de desmembramento da propriedade territorial do Brasil, por meio da transformação de uma região em zona de interesse internacional, não vigorando os interesses da própria nação.

O ESPAÇO IANOMÂMI: UMA NOVA COLONIZAÇÃO POR MEIO DA TERRITORIALIDADE

Entre as prioridades dos índios estão: a demarcação, homologação e registro de todas as terras indígenas; a fiscalização dessas terras para que não sejam invadidas; e a aprovação de uma nova legislação – “O Estatuto dos Povos Indígenas” – capaz de substituir o regime jurídico onde o índio esteja submetido. Uma base importante para isto é que a legislação já reconhece os direitos específicos dos povos indígenas.

No que se refere às terras indígenas há grande preocupação com as áreas de fronteira, pois há povos como os *Ianomâmi*, em Roraima e no Amazonas e os *Ashininka*, no Acre, que têm parte dos seus povos em outros países. Em alguns casos inclui até mais de um país, e um dos desafios é cuidar para que os quartéis do programa de militarização da Amazônia não sejam fontes de maiores problemas para as nações indígenas.

No caso específico dos índios *Ianomâmi*, eles se dispersam principalmente na fronteira do Brasil com a Venezuela, os quais, na sua história, sofreram dezenas de massacres, pois o fato de ser uma tribo fronteiriça pode trazer maiores problemas em vistas de que o próprio regimento das leis internas de um país para o outro pode ser diferente. Por ser uma das maiores nações indígenas, certamente possui maior domínio de conhecimento sobre a biodiversidade e o ambiente amazônico, o que lhe tornou centro das atenções, principalmente do ponto de vista da exploração internacional.

E por meio desse processo invasivo que ocorreu durante anos na Amazônia (e ainda persiste na atualidade), é que, no contexto brasileiro de ação nos espaços e das relações de poder exercidas sobre este, que os índios *Ianomâmi* tiveram a sua área territorializada pelo homem. As próprias tribos dessa origem não conseguiram resistir à interpenetração humana ao longo do tempo.

Na mesma dinâmica veio a desterritorialização, tendo diversos organismos internacionais atuando na tentativa de ocupação e territorialização, num processo horizontal e vertical de controle, na busca da internacionalização amazônica num amplo contexto. Isto explica as considerações de Santos (1996, p.271) que a desterritorialidade aplica-se, também, a grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transferem fronteiras e identidades territoriais específicas.

A terceira fase contempla a idéia de que os novos territórios estão sendo formados e transformados em todas as partes, sobre os escombros das desterritorialidades, significando reformulações no contexto das desterritorializações. Isto significa reterritorialidade ou, em outras palavras, as novas territorialidades. No espaço *Ianomâmi* e amazônico como um todo, tem sido realizada de modo pontual, por meio de organizações não-governamentais brasileiras, ainda incipientes, porém na tentativa de [re]organizar espaços, reintegrando as características geográficas, humanas e mesmo antropológicas.

Portanto, é com base nessas informações que se identifica esses três momentos distintos da análise territorial (territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade) da Amazônia brasileira, especificamente ocorrido com a nação indígena *Ianomâmi*. Como visto, no curso da história deles, transitaram as três fases, tentando hoje, o governo brasileiro juntamente a outras instituições não vinculadas, fortificar as raízes culturais e devolver àquela gente o que lhe é de direito e que constitui a história deles.

CONCLUSÃO

O presente artigo caracterizou-se por observar, na linha do tempo, como as territorialidades e suas fragmentações podem atuar sobre uma determinada área ou região do planeta, principalmente ao se considerar que possui grande relevância e projeção internacional. Neste caso, como fonte detentora de elevado percentual dos recursos naturais em níveis globais, não seria difícil que os organismos estrangeiros, vinculados ao poder de supremacia internacional, viessem a tomar conhecimento e buscar “internacionalizar” aquilo que, de fato, pertence a um país.

Sendo assim, é possível reconhecer após este estudo, os limites e a perspectiva para a Amazônia Brasileira nos moldes em que se encontra atualmente, tanto no seu plano físico quanto político-territorial. Dentre essas limitações estão: (a) A ausência da participação efetiva do Estado brasileiro como agente defensor do seu espaço e (b) A atuação de organismos internacionais (legais ou não), numa estrategização de domínio, com vistas a um futuro controle, ou seja, a transformação em Área de Interesse Internacional, como já consideram, inclusive, os mapas escolares e técnicos norte-americanos.

Subitamente, por meio da mesma análise, constrói-se a perspectiva para consolidação de políticas ou ações que regulamentem essas idéias, ou mesmo tentem impedi-las nos moldes em que estão sendo realizadas, que é a da apropriação territorial. Porém, enquanto houver um raio de ação no Centro-Sul do país em larga escala, as regiões Norte e Nordeste (destaque para a Amazônia), em face do crescimento nacional, continuarão semi-excluídas no contexto da organização regional do espaço brasileiro no uso das relações de poder, facilitando a interpenetração estrangeira na Amazônia, garantindo os objetivos dominantes de incorporação deste espaço como de interesse internacional e “patrimônio da humanidade”.

Sob um plano teórico da Geografia, pertinente à organização do espaço, buscou-se o entendimento dos conceitos da abordagem territorial aplicado à área aqui analisada, visto que expressam a espacialização de ações e de poder.

Vê-se, portanto, que os estudos com base nos aspectos territoriais, com tendências à análise do espaço numa perspectiva regional, são de extrema importância para o desenvolvimento acadêmico-científico. Assim, recorre-se à contribuição teórica que este artigo trouxe à própria ciência geográfica, visto que a partir de agora se torna um referencial de base para aqueles que buscam entender as relações espaciais da dinâmica regional e territorial, especificamente, no caso da Amazônia Brasileira.

REFERÊNCIAS

BITOUN, J.; GUIMARÃES NETO, L.; ARAÚJO, T.B. Amazônia e Nordeste: os trópicos brasileiros e o desenvolvimento sustentável. In: **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

CASTRO, M. **Amazônia panteísta (cenas e cenários da grande hiléia)**. Manaus: UA, 1994.

COELHO, M.C.N.; MIRANDA, E.A. Agricultura, recurso florestal e desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira. In: **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

DANTAS, H. **Amazônia, caminho do futuro**. São Paulo: Autores reunidos, 1966.

IBGE – Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MARTELLI, A. **Amazônia: nova dimensão do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1969.

MEIRELLES FILHO, J. **O livro de ouro da Amazônia**. São Paulo: Ediouro, 2004.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, S.C.B.M.; SILVA, B.C.N. **Estudo sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2003.

TIERNEY, P. **Trevas no eldorado**. São Paulo: Ediouro, 2002.